

SUGESTÕES PARA A AGENDA TEMÁTICA DA IX CONFERÊNCIA MINISTERIAL DE MINISTROS DA DEFESA

Elíezer Rizzo de Oliveira

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Campinas, São Paulo. Brasil.

eliezer_rizzo@uol.com.br

*Preparado para la I Reunión Temática
“La IX Conferencia de Ministros de Defensa de las Américas.
Construyendo una Agenda Temática”
Secretaría Pro Tempore IX CMDA/RESDAL
10 y 11 de mayo de 2010, La Paz, Bolivia.*

O repertório dos consensos.

Uma visita aos documentos finais das reuniões ministeriais de Defesa permite-nos identificar as modalidades de cooperação, os conceitos consolidados e aqueles em fase de maturação, além de uma amplitude temática sobre as instituições militares e de segurança. As pautas temáticas transitaram entre problemas recorrentes e questões emergentes no âmbito da segurança hemisférica e de âmbitos regionais.

Algumas das definições enraizadas nos eventos anteriores são aqui tomadas como referências para este documento.

- A. A conexão indispensável entre o sistema democrático e a Defesa Nacional como condição para a cooperação em segurança e defesa no continente americano.
- B. Todos os Estados são responsáveis pela adoção de Políticas de Defesa Nacional e de desenvolvimento de suas Forças Armadas e forças de segurança conforme os interesses nacionais. O reconhecimento de aspirações e conceitos comuns aos países da região deve contribuir para o cumprimento daquela responsabilidade.
- C. A disposição de cooperação das Conferências Ministeriais de Defesa com a Organização dos Estados Americanos e a Organização das Nações Unidas no tema das Operações de Paz, mas também no âmbito da Defesa Nacional e da Segurança Pública.
- D. A América Latina e o Caribe acham-se livres de armas nucleares e armas de destruição em massa, e assim devem permanecer.
- E. Missões humanitárias das Forças Armadas em seus países e no exterior.
- F. A participação da sociedade civil na definição das políticas de Defesa Nacional.

Temas para uma agenda regional.

Isto posto, em que pese o risco de alguma repetição, apresento um rol de temas inspirados nos documentos das três últimas Conferências Ministeriais de Defesa (Quito, 2004; Managua, 2006; Banff, 2008) e em experiências educacionais em curso no meio militar brasileiro.

1. Livros Brancos de Defesa

Os Livros de Defesa cumprem dois papéis essenciais no sistema democrático. Primeiro: ajudam a ampliar a legitimidade das funções estatais de Defesa e Segurança diante de suas sociedades civis; segundo: funcionam como medidas de confiança unilaterais perante a comunidade regional e internacional.

A abertura das informações é essencial à democracia: (a) estrutura militar de defesa; (b) distribuição das instalações e capacidades militares no território nacional; (c) orientação estratégica e hipóteses de emprego; (d) recursos financeiros em material, recursos humanos, ciência e tecnologia, educação; (e) estrutura das carreiras militares; (f) sistema educacional e de pesquisa; (g) serviços prestados à população em caráter permanente e em situações emergenciais; (h) a percepção de riscos e ameaças; (i) a cooperação internacional ou a “diplomacia militar”; etc.

Assim, deve-se continuar estimulando países a elaborar seus Livros de Defesa, podendo eles contar com a experiência e métodos dos que já o adotaram. É claro, a contribuição metodológica da OEA é igualmente bem vinda.

2. Direitos Humanos, Direito Internacional Humanitário e Educação nas Forças Armadas e Instituições Policiais.

Trata-se de consolidar os Direitos Humanos e o Direito Internacional Humanitário na formação de militares e policiais. De resto, deveriam constar da formação de todo e qualquer profissional no âmbito civil.

Sugerimos um passo adicional: a realização de reuniões pedagógicas – em cada país – de docentes e instrutores das escolas militares (Preparatórias; Academias de formação de oficiais; Aperfeiçoamento; Estado Maior) para a troca de experiências, a definição de novos temas, o exame de perspectivas e tendências teóricas, etc.

A acolhida de representação de países da região poderá ser oportuna, pois ampliará a riqueza das experiências e da troca de informações num dado país.

3. Novas dimensões da Segurança e novas ameaças.

As novas ameaças já não constituem novidades. Dada a influência do crime organizado, do terrorismo, do narcotráfico, da corrupção, da lavagem de dinheiro, dos crimes ambientais e do tráfico de pessoas, etc., sobre os sistemas políticos – causando grande insegurança social - é indispensável o aprofundamento da cooperação das forças de segurança nos planos binacional, regional e continental, incluindo-se, se for o caso, a dimensão militar segundo as leis nacionais.

Dado que o combate à criminalidade ultrapassa em muitos casos a capacidade do Poder Judiciário e do sistema policial, ingressando de fato no domínio da Defesa Nacional, o emprego do componente militar poderá tornar-se indispensável. Isto porque a cooperação entre grupos narcotraficantes e movimentos políticos armados em alguns

países se traduz no incremento da insegurança pública em outros. É o caso do poder delinqüente em cidades brasileiras e de suas retaguardas em países vizinhos.

A existência de grupos armados (ocasionais ou permanentes) agride o Estado Democrático, pois eles pretendem impor poder despótico sobre parcelas da sociedade, ou simplesmente, desestabilizar e desacreditar as estruturas políticas.

Em suma, o emprego das forças militares no âmbito nacional constitui um desafio para a efetiva direção civil do aparelho militar.

4. Modernização de Ministérios de Defesa e direção civil das Forças Armadas e Defesa Nacional.

Reporto-me ao Brasil, cujo Ministério da Defesa está para completar onze anos apenas. É um tempo muito pequeno diante da longevidade das Forças Armadas nacionais ou de ministérios similares de países da região. A reforma em curso do Ministério da Defesa brasileiro procura reforçar a direção sobre os orçamentos militares e sobre a condução propriamente militar da Defesa Nacional, implicando relativa perda de poder dos comandos das forças específicas. Mas continua faltando uma carreira pública de servidores civis especializados em Defesa Nacional.

5. Profissionais femininas nas Forças Armadas e Forças de Segurança Pública, tendo em vista os compromissos de equidade de gênero e valorização profissional. Isto deve valer igualmente para as modalidades de participação militar em atividades e operações no exterior.

Ao lado de estudos eventualmente produzidos pelo meio militar, trata-se de estimular projetos nas universidades e instituições de pesquisa acerca da profissão militar, com destaque para as condições particulares das mulheres.

6. Apoio aos países participantes da MINUSTAH, ressaltando sua enorme contribuição para o funcionamento do Estado haitiano.

A MINUSTAH é uma resposta, por intermédio da ONU, de países da região sobre uma crise estrutural e política do Haiti. No meio da década de 1990 a MOMEPE também constituiu uma resposta regional, à margem da OEA, sem que tivesse sido devidamente iluminada e cultivada. Ambas as experiências têm um significado comum: a capacidade diplomática e militar da região para a resolução de crises de alta relevância para a paz e a segurança.

7. Comissões de Defesa Nacional do Poder Legislativo.

A Defesa Nacional precisa contar, no Poder Legislativo, com Comissões de Defesa Nacional de caráter permanente, compostas por parlamentares efetivamente dedicados ao tema. Tal condição depende em grande medida dos partidos políticos, em geral descomprometidos com a temática da Defesa. No entanto, os Ministérios da Defesa poderão cumprir sua parte ao demandar posições do Poder Legislativo, ao convidar parlamentares para reuniões temáticas, além de outras atividades.